

Acessibilidade e inclusão no ensino superior em tempos de pandemia: a região sul em foco

Accessibility and inclusion in higher education in times of pandemic: the southern region in focus

Accesibilidad e inclusión en la educación superior en tiempos de pandemia: la región sur en el foco

Laís Lopes de Souza Gonçalves

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Pós-graduanda em Ensino e Gramática, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

laislg98@gmail.com | <https://orcid.org/0009-0002-3526-3380>

Aldeir Carlos Nasareth de Vasconcellos

Universidade Federal de Juiz de Fora, Pós-graduando em Residência Docente - Pedagogia pelo Colégio de Aplicação João XXIII -UFJF, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

aldoufjf@gmail.com | <https://orcid.org/0009-0001-2598-4355>

Mylene Cristina Santiago

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação e Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

mylene.santiago@ufjf.br | <https://orcid.org/0000-0003-2769-8421>

Rodolfo Luís Leite Batista

Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Educação, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

rodolfoforlb@ufjf.br | <https://orcid.org/0000-0002-3301-2441>

Resumo

Este estudo buscou identificar as atividades realizadas pelos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão das Universidades Federais da Região Sul do Brasil durante o período da pandemia, por meio de uma análise documental. Foram investigadas 11 universidades da região, com foco nos conceitos de inclusão, acessibilidade, diferença, tecnologias assistivas, barreiras, deficiência e Desenho Universal para a Aprendizagem. A pesquisa revelou como esses conceitos são abordados pelas instituições e de que maneira suas práticas se diversificam. Além disso, identificou-se a influência de princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem e de documentos oficiais, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), na implementação de ações voltadas à acessibilidade. Os resultados foram analisados à luz de referenciais teóricos que possibilitaram validar e aprofundar as reflexões sobre as estratégias adotadas pelas universidades para promover a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.

Palavras-chave: Ensino remoto. Inclusão. Acessibilidade. Ensino superior. Pessoas com deficiência.

Abstract

This study sought to identify the activities carried out by the Accessibility and Inclusion Centers of Federal Universities in the Southern Region of Brazil during the pandemic, through a documentary analysis. Eleven regional universities were investigated, focusing on inclusion, accessibility, difference, assistive technologies, barriers, disability, and Universal Design for Learning. The research revealed how institutions address these concepts and how their practices diversify. In addition, the influence of Universal Design for Learning principles and official documents, such as the Brazilian Law for the Inclusion of Persons with Disabilities (2015), on the implementation of actions aimed at accessibility was identified. The results were analyzed considering theoretical frameworks that made it possible to validate and deepen reflections

Artigo recebido em: 06/06/2024 | Aprovado em: 12/06/2025 | Publicado em: 12/06/2025

Como citar:

GONÇALVES, Laís Lopes de Souza; VASCONCELLOS, Aldeir Carlos Nasareth de; SANTIAGO, Mylene Cristina; BATISTA, Rodolfo Luís Leite. Acessibilidade e inclusão no ensino superior em tempos de pandemia: a região sul em foco. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 15, p. 1-17, e44778, 2025. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2025.v15.44778>.

on the strategies adopted by universities to promote the inclusion of people with disabilities in higher education.

Keywords: Remote teaching. Inclusion. Accessibility. University education. Disabled people.

Resumen

Este estudio buscó identificar las actividades realizadas por los Centros de Accesibilidad e Inclusión de las Universidades Federales de la Región Sur de Brasil durante el período de pandemia, a través de un análisis documental. Se investigaron once universidades de la región, centrándose en los conceptos de inclusión, accesibilidad, diferencia, tecnologías de asistencia, barreras, discapacidad y Diseño Universal para el Aprendizaje. La investigación reveló cómo estos conceptos son abordados por las instituciones y cómo se diversifican sus prácticas. Además, se identificó la influencia de los principios del Diseño Universal para el Aprendizaje y de documentos oficiales, como la Ley Brasileña para la Inclusión de Personas con Discapacidad (2015), en la implementación de acciones orientadas a la accesibilidad. Los resultados fueron analizados a la luz de marcos teóricos que permitieron validar y profundizar reflexiones sobre las estrategias adoptadas por las universidades para promover la inclusión de personas con discapacidad en la educación superior.

Palabras clave: Enseñanza a distancia. Inclusión. Accesibilidad. Enseñanza superior. Personas con discapacidad.

1 Introdução

Em março de 2020, a pandemia de COVID-19 impôs a necessidade de distanciamento social. Essa medida resultou em novos e urgentes desafios para a implementação de estratégias de acessibilidade e inclusão que assegurassem condições de acesso e permanência de estudantes com deficiência durante o ensino remoto emergencial. Por essa razão, em um projeto de pesquisa mais amplo, propusemos analisar as ações que estavam sendo implementadas nas universidades federais brasileiras.

Cavalcanti e Guerra (2022, p. 88-89) ao investigarem os desafios da universidade pública pós-pandemia da Covid-19, a partir dos dados disponibilizados pelo Portal do Ministério da Educação do Brasil, argumentam que:

Sabe-se que o ensino remoto é mais desafiador para o docente, inclusive, porque nessa modalidade não é possível replicar os horários do ensino presencial. A dinâmica de aprendizado é mais complexa, e tal novidade causa, primeiro, resistência, e, em seguida, negação, porque, o que ocorre é que os docentes, em sua maioria, têm pouca intimidade com as TICs, necessitando, portanto, de capacitação. Entretanto, é mais fácil criticar, opor resistência e apontar dificuldades do que propor soluções concretas.

Nesse cenário, percebemos que barreiras estruturais não superadas na educação presencial se transpuseram para o espaço virtual de ensino. Por consequência, estudantes com deficiência que antes enfrentavam barreiras de acessibilidade, no que tange aos espaços arquitetônicos e aos transportes, por exemplo, passaram a experimentar barreiras de acessibilidade digital juntamente com os permanentes desafios comunicacionais, metodológicos e atitudinais. Em sua maioria, as universidades federais brasileiras instituíram comissões intersetoriais para apresentação de propostas e deliberações, visando o planejamento de ações acadêmicas e administrativas no contexto da pandemia de Covid-19.

Com o propósito de pesquisar o processo de acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência no ensino superior durante o ensino remoto emergencial, realizamos pesquisa documental, junto aos sites oficiais das 69 universidades federais, buscando conhecer as atividades realizadas pelos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAIs). Ao longo da pesquisa realizamos estudos por região, que resultou em apresentações e publicações em eventos acadêmicos (Lourengo et al., 2023; Santiago, 2023; Vasconcellos; Gonçalves; Santiago, 2023; Gomes; Souza; Santiago, 2023), com base nos trabalhos produzidos, verificamos que, de modo geral, os NAIs tiveram um papel central no processo de inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior.

Neste artigo, procuramos identificar as atividades realizadas pelos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão das Universidades Federais da Região Sul do Brasil durante o período da pandemia, por meio de uma análise documental, buscando identificar e analisar as principais ações desenvolvidas pelos NAIs da região investigada, adotando a perspectiva do modelo social da deficiência (França, 2013; Nepomuceno, 2020), cuja perspectiva enfatiza que as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência são, em grande parte, criadas pelo ambiente social, cultural e físico, e não apenas por suas condições pessoais; do *Index* para Inclusão (Booth; Ainscow, 2011), que aborda as dimensões interdependentes de culturas, políticas e práticas de inclusão e da Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 (Brasil, 2015).

Destacamos ainda, a abordagem do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), pois consideramos que essa proposta possibilita o desenvolvimento de planos de trabalho que valorizam a diversidade dos alunos, ao considerar: i) a forma de envolvimento e motivação dos estudantes nas situações de aprendizagem; ii) o modo de apresentação da informação; e iii) as formas de avaliação, permitindo que as competências e os conhecimentos adquiridos sejam demonstrados de diferentes maneiras. Dessa forma, enfatizamos essa abordagem no terceiro tópico desta pesquisa, uma vez que ações fundamentadas no DUA tendem a beneficiar tanto as pessoas com deficiência quanto a comunidade acadêmica como um todo.

2 Método

A proposta foi submetida ao Comitê de Ética (CEP) e teve aprovação em 31 de maio de 2021, com parecer de número 4.747.016. A pesquisa foi planejada em 4 etapas: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, questionário e entrevistas com estudantes com deficiência. Neste artigo, apresentamos um recorte da investigação, que consistiu na análise da pesquisa documental envolvendo as orientações produzidas pelas Instituições de Ensino Superior Federais no que tange à acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência produzidos pelas universidades da região Sul.

Após mapeamento e coleta de dados em sites das universidades federais, procedemos a análise documental das onze universidades federais da região Sul, são elas: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal da Integração Latino-Americana

(UNILA), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Através dos documentos analisados, buscamos identificar propostas, ações e orientações para inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência, além de verificar a existência de barreiras à participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, durante o ensino remoto emergencial (ERE). A metodologia adotada foi constituída pela elaboração de quadros regionais, com a síntese da produção de cada universidade. Quando não havia informação disponibilizada nos sites das universidades pesquisadas, adotamos o procedimento de identificar se a instituição antes da pandemia já havia disponibilizado orientações sobre a temática, ou ainda, se existia alguma ação voltada para estudantes com deficiência, não restrita à produção de materiais e documentos escritos. A partir da localização dos referidos documentos, realizamos uma análise voltada para o conteúdo e as ações sinalizadas para garantir a inclusão (participação e aprendizagem), acessibilidade e permanência dos mencionados estudantes no ensino superior durante o período da pandemia.

3 Resultados e discussão

Nossas análises foram construídas a partir de três categorias, definidas com base na incidência de atividades identificada na coleta de dados e de conceitos previamente considerados centrais para a análise: 1. Análise dos conceitos de tecnologia assistiva, diferença e barreiras de aprendizagem nos documentos orientadores; 2. Análise dos conceitos de inclusão, acessibilidade e deficiência nos documentos orientadores; e 3. Abordagem do Desenho Universal nos documentos orientadores.

3.1 Análise dos conceitos de tecnologia assistiva, diferença e barreiras de aprendizagem nos documentos orientadores e sites institucionais

Em um primeiro momento, agrupamos o conceito de tecnologia assistiva, diferença e barreiras de aprendizagem para analisar as publicações em sites institucionais e os documentos produzidos pelas universidades investigadas. No Brasil, o extinto Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), instituído pela Portaria nº 142, de 16 de novembro de 2006 propôs o seguinte conceito para a tecnologia assistiva:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2002).

O conceito de diferença sobre qual pautamos esta análise tem relação com a constituição identitária da pessoa com deficiência, visto que para Silva (2000) identidade e diferença são conceitos interdependentes:

Em geral, consideramos a diferença como um produto derivado da identidade. Nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isto reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos. Por sua vez, na perspectiva que venho tentando desenvolver; identidade e diferença são vistas como mutuamente determinadas. (Silva, 2000, p. 75-76)

Ao considerar que identidade e diferença são conceitos que se articulam com relações de poder, a deficiência tem sido associada a práticas discursivas e sociais que impõem barreiras de participação sociais e educacionais, denominadas capacitismo. Tais barreiras são atribuídas a fatores de ordem físicas e estruturais (arquitetônicas, por exemplo) e podem se constituir nas práticas pedagógicas, curriculares e atitudinais inclusivas ou excludentes, foco de nossa análise.

No contexto do ensino remoto emergencial, o uso de tecnologias tornou-se uma saída para dar continuidade às atividades educacionais em ambientes virtuais. De acordo com Freire, Paiva e Fortes (2020, p. 957):

Em particular, a crise da Pandemia da COVID-19 forçou as instituições de Ensino de todos os níveis, incluindo o ensino superior, a utilizar tecnologias para suporte ao ensino de maneira remota de forma muito mais intensiva do que o que tinha ocorrido até então.

Diante desse cenário fica evidenciado, através dos documentos orientadores e sites institucionais, que algumas universidades federais da região Sul dispuseram de tecnologias assistivas como recurso para manter o processo de ensino e aprendizagem ativo com o isolamento social ocorrido como consequência da pandemia da COVID-19. Embora muitas instituições de ensino superior federais tivessem pouca ou nenhuma experiência com a modalidade de ensino remoto, segundo Freire, Paiva e Fortes (2020, p. 956), “elas tiveram que adequar suas metodologias rapidamente e adotar ferramentas que permitissem a comunicação síncrona e assíncrona entre professores e estudantes, a disponibilização de material didático e a realização de atividades didáticas”. Esse aspecto pode ser notado na UTFPR, já que essa universidade criou um canal do YouTube nomeado vídeos acessíveis, parte do Projeto de Extensão *Recursos de acessibilidade no ensino remoto: uma experiência colaborativa de Instituições Públicas de Ensino Superior do norte paranaense*, com o objetivo de orientar docentes acerca de como preparar aulas remotas com acessibilidade para pessoas com deficiência. Além disso, verificamos que a UTFPR promoveu ajuda de custo à discentes para aquisição ou manutenção de tecnologias assistivas (TAs), por meio do *Programa Incluir* que possui a finalidade de custear ações que contribuam para a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e/ou de comunicação para pessoas com deficiência. Com esse programa, a universidade conseguiu:

(i) viabilizar acessibilidade para pessoas cegas ou com baixa visão da comunidade acadêmica em aulas e diversos setores, nos campi Apucarana e Londrina; (ii) adquirir materiais para o laboratório de Libras e Braille no Campus Cornélio Procópio; (iii) realizar adequações arquitetônicas para maior acessibilidade nos campi Pato Branco e Toledo; e (iv) adquirir material para impressão de objetos e instrumentos em 3D para a acessibilidade de deficientes visuais e condição motora reduzida no Campus Ponta Grossa (UTFPR, p. 66).

É interessante destacar também que, a fim de potencializar essas ações, a UTFPR também criou o *Fundo de Apoio à Pessoa com Deficiência* que tem a finalidade de custear ações que visem a inclusão da pessoa com deficiência nessa universidade. O fundo conta com recursos de custeio destinados pela própria UTFPR, com a aplicação de orçamento no valor de R\$ 299.616,30 no exercício de 2022. Com esses recursos investidos, foi possível promover contratação de profissionais terceirizados especializados em tradução e interpretação de Libras nos campi Francisco Beltrão e Ponta Grossa. Houve aquisição de muletas, tipoias, botas ortopédicas, bengala e ponteira Roller de encaixe para bengala, no Campus Pato Branco; aquisição de filamentos para impressão 3D (PLA e PETG), bicos de impressão e tubos PTFE (insumos de apoio), no Campus Ponta Grossa, entre outros.

Outras universidades, como a UFPR, por exemplo, pautaram-se no documento norteador produzido pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), denominado *Tecnologia Assistiva e o Enfrentamento à COVID – 19* (UFES, 2020). Além disso, essa universidade, ao longo do ensino remoto, criou um grupo formado por servidores a partir da demanda do estudo da inclusão digital e aprimorou o Programa de Empréstimo de Computadores. Através do mapeamento das necessidades dos estudantes, foi feita a aquisição de 494 equipamentos patrimoniados na Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos. Cumpre salientar que a UFPR promoveu um curso básico de Braille e tecnologia assistiva, com o intuito de ensinar e incentivar a escrita e leitura do Braille na Língua Portuguesa; apresentar tecnologia assistiva utilizada para o aprendizado de estudantes com deficiência visual e com baixa visão. Destacamos também que essa universidade possibilitou a higienização dos dispositivos de tecnologia assistiva mais utilizados, tais como: órteses, muletas, cadeira de rodas, bengalas, andadores e carrinhos adaptados.

De igual modo, destacamos também a UFSC e a UFSM. Com relação à primeira, verificamos que houve a criação do documento norteador *Cartilha de assistência estudantil no contexto de ensino não presencial*. No capítulo *Acessibilidade informacional*, há orientação aos usuários tanto para o uso adequado das fontes de informação e recursos tecnológicos quanto para a adaptação de material para o formato digital e braille. Vale ressaltar que essa universidade dispôs de empréstimo de equipamentos de tecnologia assistiva, tais como lupa, lupa eletrônica, audiolivro e DVD em libras, notebook, teclado adaptado, mouse adaptado, aparelho mp3, gravador, sistema FM, linha braille, máquina braille, material cartográfico. Já a segunda instituição elaborou o documento *Covid-19 no foco da acessibilidade para surdos* que possuía o objetivo de explicar de forma simples, direta, abrangente e acessível à comunidade surda

informações referentes aos cuidados de saúde e educação. Outro ponto a ser destacado, é que, em nossas buscas, encontramos um relatório do núcleo de acessibilidade dessa universidade em que havia a descrição de um projeto de extensão intitulado *Cegueira e baixa visão: inclusão, acessibilidade e recursos de tecnologia assistiva*. Esse projeto possui o intuito de:

[...] ampliar os conhecimentos e experiências de professores, acadêmicos e demais interessados em assuntos relacionados ao desenvolvimento de sujeitos com cegueira e baixa visão no contexto educacional, tendo como foco o Sistema Braille, a Audiodescrição, atividades de vida autônoma, soroban, escrita cursiva ou manuscrito, estimulação essencial ao desenvolvimento, orientação e mobilidade, além da adaptação de jogos/recursos didáticos e o conhecimento referente aos recursos de tecnologia assistiva (UFSM, p. 31)

Nesse sentido, com base no panorama dessas universidades, podemos afirmar que, de acordo com Lima (2012), os investimentos em TA são um importante instrumento de práticas pedagógicas e sua utilização um meio concreto de interação e inclusão social, além de serem, segundo a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), um importante horizonte de novas possibilidades para a autonomia, independência e qualidade de vida dos/as alunos/as com deficiência. Por conta desse aspecto, percebemos que os investimentos em “acessibilidade digital torna-se imprescindível neste contexto, para permitir que todos os estudantes, incluindo estudantes com deficiência, tenham acesso ao aprendizado de forma igualitária” (Freire; Paiva; Fortes, 2020, p. 956).

Outro aspecto importante a ser ressaltado, refere-se à categoria de análise de barreiras à aprendizagem e à participação. De acordo com o Index para inclusão (Booth; Ainscow, 2011), esse conceito substitui o termo “necessidades educacionais especiais”, contrastando a visão social com a “médica” ou de “déficit individual” de dificuldades educacionais.

Ao analisar os documentos orientadores e sites institucionais das universidades federais da região Sul, pôde ser verificado que eles trazem inúmeras atitudes inclusivas que dialogam com o modelo social, a fim de possibilitar a remoção de barreiras (físicas, pedagógicas, comunicacionais, metodológicas, programáticas e atitudinais), o empoderamento e, conseqüentemente, a autonomia. Por exemplo, a Secretaria de Comunicação Social (SECOM), da UNILA, criou uma página para reunir todas as informações referentes ao ERE. Nela, estão disponíveis todos os documentos relacionados ao ERE, ferramentas e auxílios que podem ser solicitados pela comunidade acadêmica, como o Auxílio Emergencial lançado em abril de 2020 para auxiliar nos impactos da pandemia; abertura do edital PRAE Alunos Conectados, Projeto MEC/Dados móveis, que objetivava fornecer formas de acesso à internet aos discentes, por meio de CHIP + carga de dados ou carga de dados, e do Edital PRAE/PRPPG Inclusão Digital, que tinha o intuito de contribuir para a permanência de discentes por meio do acesso à internet para realização das disciplinas do ERE para a graduação e pós-graduação.

Desse modo, diante de tais ações de inclusão e acessibilidade, é necessário enfatizar que, a fim de, efetivamente, eliminar barreiras à aprendizagem e à participação no âmbito das universidades federais, o suporte individual aos alunos com deficiência deve sempre ser dado com a intenção de encorajar maior independência desses sujeitos, aumentar suas capacidades de aprender e de incluí-los nas atividades de aprendizagem (Booth; Ainscow, 2011).

Além dessas categorias, o conceito de diferença, sob a ótica do modelo social da deficiência (França, 2013; Nepomuceno, 2020), também foi analisado nos documentos orientadores e nos sites institucionais. Esse modelo compreende a deficiência não como uma limitação individual, mas como parte da diversidade e identidade humana, influenciada por barreiras sociais e estruturais.

A análise documental revelou que algumas universidades federais da região Sul adotam essa perspectiva em suas políticas institucionais. Destacam-se a UFFS, a UNIPAMPA, a UFRGS, a FURG e a UFPEL, que articulam o conceito de deficiência à abordagem do modelo social.

Esse alinhamento representa um avanço significativo para o fortalecimento da inclusão e acessibilidade no ensino superior, pois contribui para o empoderamento das pessoas com deficiência. Nesse contexto, o empoderamento não se limita à ampliação de direitos, mas também promove o fortalecimento pessoal e coletivo, favorecendo uma educação verdadeiramente inclusiva e libertadora (Nepomuceno, 2020).

3.2 Análise dos conceitos de inclusão, acessibilidade e deficiência nos documentos norteadores e sites institucionais

Neste momento, foram observadas as práticas e produções de materiais que trouxessem informações ou orientações quanto aos conceitos de deficiência, acessibilidade e inclusão. Assim como já discutido no tópico anterior, as universidades federais do Sul do Brasil investiram, em sua maioria, em recursos de tecnologia assistiva, colaborando também para o acesso e a construção de conhecimento das pessoas com deficiência em seus campi.

No contexto pandêmico, as 11 instituições se propuseram a repensar suas práticas formativas para assistir toda comunidade acadêmica, seja com recursos de assistência estudantil ou por meio de formação dos discentes e docentes em cursos, eventos e lives disponibilizados no YouTube, Instagram e Facebook. Durante essa análise, o foco será dado a universidades que produziram materiais que contribuíram para novas interpretações para a inclusão, acessibilidade e a deficiência.

Destacam-se as ações da UFSC, que além de divulgar bolsas de monitoria para auxílio a estudantes com deficiência, produziu um material chamado *Sentido sobre Deficiência* (Dias, 2022). Esse documento tem como proposta esclarecer dúvidas sobre a Lei de Cotas 13.409/2016, definições detalhadas sobre as características e as terminologias utilizadas por pessoas com deficiência (PCDs) na sociedade. É abarcado nesse documento a preocupação com uso de falas que podem ser categorizadas como capacitistas, que desqualificam e ferem as PCDs por causa de suas condições físicas ou psicológicas, conscientizando a todos sobre a

necessidade de buscar outras formas de se expressarem e evitar um processo de exclusão dentro do Câmpus. Apresentar e discutir tais temáticas contribuem para um ambiente cada vez mais inclusivo e respeitoso, algo que Sanches (2019) destaca em seu texto, apontando que:

O acesso à educação inclusiva tem de passar pela eliminação de qualquer discriminação, seja ela positiva ou negativa, embora para lá chegar se tenham de percorrer muitas etapas intermédias, por vezes bem discriminatórias. É apostar no contexto e no grupo, como ponto de partida e ponto de chegada, sem deixar de fora nenhum dos seus elementos e aproveitando-os como recurso para dinamizar e estimular as aprendizagens sociais e educativas.

Com isso, a UFSC buscou apresentar um ponto de partida em questões tão sensíveis, necessárias e que fazem falta em todos os ambientes da sociedade, apresentando-as à sua comunidade. Seguindo o mencionado por Sanches (2011), “apostar no contexto e no grupo..., sem deixar ninguém de fora”, a Universidade Federal de Santa Maria atentou-se a inclusão de pessoas surdas nas orientações e informações sobre a pandemia da COVID-19, disponibilizando em seu site uma cartilha produzida em português, mas que possui links direcionados ao YouTube. Os links foram distribuídos nas páginas de orientação da cartilha e quando o acesso leva o leitor à tradução da página para Libras. Em suas diversidades de escolhas e métodos para atingir ao público das pessoas com deficiência, as universidades se permitiram pensar além do que já estavam ao seu alcance e buscaram a inclusão de formas distintas e proveitosas. De acordo com Sanches (2011), essa é a proposta de uma instituição que deseja ser inclusiva, pois:

A Educação inclusiva supõe uma escola inclusiva, uma escola que ‘arranja maneira’ de acolher todas as crianças e jovens da sua comunidade, flexibiliza e adapta os seus currículos, não se limitando a reduzi-los, reestrutura as suas práticas de organização e de funcionamento, de forma a responder à diversidade dos seus estudantes, desde os mais vulneráveis aos mais dotados, apostando na mudança de mentalidades e de práticas, implicando, valorizando e corresponsabilizando todos os intervenientes no processo educativo.

Cada instituição pensou nos conceitos deste tópico de formas diferentes, mantendo algumas ações já existentes como a monitoria que assiste aos discentes com deficiência ou utilizando de novas práticas como lives formativas para a comunidade acadêmica, legenda em Libras, adaptação de material etc. A UFFS, UNILA, UFRGS, UFPEL, UFTPR e a UFPR, formam exemplos dessas práticas. A última citada, além de seguir trabalhando com as mesmas ferramentas das demais, também buscou orientar seus docentes e discentes com dados estatísticos referentes a contaminação de pessoas com deficiência pela COVID-19 e a tratativa em frente a esse contexto. Sendo assim, a UFPR, alimentou com dados da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Conselho Nacional de Saúde (CNS) um documento que fala sobre a tecnologia assistiva e a inclusão dos alunos que tinham o direito de atendimento prioritário.

Outras universidades, como a UniPampa e a Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), focaram seus objetivos de inclusão e acessibilidade nas legislações vigentes como a Lei n.º 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. A UniPampa, além desse apoio legal, produziu uma norma durante o contexto pandêmico, que define em seu artigo 16, parágrafo único, o uso do suporte ao atendimento e a produção de materiais acessíveis, delegando a função como uma responsabilidade do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NINA) presente na instituição. De acordo com essa normativa, foi feita uma averiguação no site do núcleo e constatamos que havia editais para bolsista de monitoria para os alunos da UniPampa auxiliarem alunos com deficiência, edital para bolsista de interpretação de LIBRAS, cursos de capacitação, lives e vídeos com orientações sobre a pandemia em LIBRAS. Ao passo que UFCSPA também elabora suas propostas inclusivas de acordo com o Ministério da Educação (MEC) e suas definições sobre acessibilidade seu site:

Acessibilidade Arquitetônica: tem como objetivo proporcionar mobilidade e autonomia para o aluno com deficiência motora.

Acessibilidade Atitudinal: sua principal característica colocar-se no lugar de outra pessoa sem se preocupar com as limitações e estereótipos.

Acessibilidade Comunicacional: tem com intuito eliminar as barreiras comunicacionais interpessoais entre o aluno, o professor e o técnico-administrativo dentro das Instituições de Ensino Superior (IES).

Acessibilidade Digital: tem com intuito eliminar as barreiras digitais que ocorrem nas plataformas de ensino WEB dentro das IES.

Acessibilidade Pedagógica: é a preocupação com a metodologia utilizada pelo corpo Docente. Assim, os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) deverão contemplar os pressupostos, filosóficos, legais e políticos da educação inclusiva, definindo estratégias pedagógicas que permitam o acesso do estudante ao currículo e sua interação na comunidade acadêmica. (UFCSPA - acesso 17/02/2024)

Durante nosso mapeamento identificamos que algumas universidades, abordavam e produziam conteúdo relacionados a questão do apoio às pessoas com deficiência antes da pandemia, como o caso da FURG, que publicou em seu site definições e conceituações que podem contribuir para o processo de inclusão, pois a medida que compreendemos e identificamos as barreiras que são apresentadas no âmbito acadêmico é possível transpô-las e construir em conjunto novos meios de interação e participação dos sujeitos.

3.3 Abordagem do Desenho Universal nos documentos orientadores e sites institucionais

Verificamos que entre as universidades da região Sul que possuem documentos orientadores (resoluções, portarias, diretrizes, entre outros) e sites institucionais,

tanto a UFRGS quanto FURG citam, em seus sites, o Desenho Universal de Aprendizagem (DUA) como conceito norteador para a articulação das ações de inclusão e acessibilidade. No site da FURG, lê-se que

DESENHO UNIVERSAL: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva (FURG. Termos e Conceitos sobre Deficiência e Inclusão. Coordenação de ações afirmativas, inclusão e diversidades, 2024. Disponível em: <https://caid.furg.br/publicacoes/glossario/38-termos-e-conceitos-sobre-deficiencia-e-inclusao>. Acesso em: 22 de jan. 2024.

A proposta do desenho universal, inicialmente pensada para proporcionar ambientes, programas e serviços acessíveis, se estende para o campo da educação, ampliando olhares para favorecer a acessibilidade curricular àqueles/as que necessitam de ampliação de suas oportunidades educacionais. Aydos e Costa (2021, p. 1), destacam que cabe lembrar que os cuidados aqui mencionados são para a acessibilidade de nossas aulas e encontros no Desenho Universal, ou seja, são para o benefício e a inclusão de todas as pessoas

Cumprе salientar que, de acordo com Nunes e Madureira (2015), o DUA corresponde a um conjunto de princípios e estratégias referentes ao desenvolvimento curricular e que procuram reduzir barreiras relacionadas ao ensino e à aprendizagem. É necessário enfatizar que esses princípios e estratégias possibilitam os docentes definirem objetivos de ensino, criar materiais e formas avaliativas que se adequem às necessidades de cada aluno, a fim de que o aprendizado ocorra na via comum de educação. Essas atitudes são valiosas para abranger um público cada vez mais numeroso que vem ocupando as universidades desde o acréscimo à Lei nº 12711/2012, estipulado na Lei nº 13409/2016, pois permitem o envolvimento pleno e a autonomia no processo de ensino-aprendizagem.

Em nossas pesquisas, percebemos que embora apenas a UFRGS e a FURG citem, de modo explícito, o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), verificamos que as outras universidades, mesmo que de forma implícita, dialogam também com esse conceito. A título de exemplificação, citamos um trecho da *Cartilha de assistência estudantil no contexto de ensino não presencial* da UFSC:

A Coordenadoria de Tradutores e Intérpretes de LIBRAS, vinculado ao CCE, tem por objetivo garantir a acessibilidade comunicacional a estudantes e docentes dos cursos de graduação de Letras LIBRAS. Dentre as atividades realizadas estão a interpretação em disciplinas nos cursos de graduação em Letras-Libras, nos programas de pós-graduação em Linguística e em Estudos da Tradução, no Colégio de Aplicação e no curso de Letras- -Libras EaD. Ademais realizam a interpretação em reuniões de colegiado de curso de graduação e pós-graduação, em reuniões de docentes, em atendimento entre docentes e estudantes, eventos institucionais, e outras demandas recebidas da comunidade universitária. Serviços de

tradução de trabalhos acadêmicos e de conteúdo das disciplinas de graduação e pós-graduação também são demandados para a equipe (UFSC, p. 29).

Aqui, verificamos que essa universidade desenvolveu uma abordagem que procurou levar em consideração os princípios do DUA, tais como: proporcionar múltiplos meios de envolvimento, representação, ação e expressão (NUNES, MADUREIRA, 2015). Além da UFSC, a UFSM, durante o ano letivo de 2020, elaborou diversos materiais instrutivos visando qualificar o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes cegos, surdos e com deficiência auditiva. Abaixo segue a lista dos materiais produzidos por essa universidade de acordo com o relatório do núcleo de acessibilidade (2020, p. 22):

1. Acessibilidade em vídeo aulas para estudantes com deficiência auditiva
2. Estudantes com cegueira na Educação Superior: e agora?
3. O que é descrição de imagem?
4. Tutorial: inserindo legenda em vídeos
5. Acessibilidade para estudantes com deficiência auditiva (em andamento - diagramação)
6. Acessibilidade para estudantes com surdez (em andamento - diagramação).

Neste trecho, percebemos a realização de práticas pedagógicas efetivas/em andamento que permitem o acesso ao currículo, aos conteúdos, a participação e o progresso dos estudantes surdos, cegos e com deficiência auditiva independentemente das suas capacidades. Destacamos que, de modo geral, as universidades da região Sul buscaram difundir experiências de aprendizado em que o mais importante seria assegurar o contato com os alunos através de relações que mobilizem o ensino e a aprendizagem significativa, ampliando, assim, espaços de diálogos e oferecendo abertura a estudos reflexivos e criativos. Nesse sentido, notamos que essas articulações com o DUA proporcionam ao docente e as instituições de ensino superior um modelo de intervenção que ajudará a compreender como se pode criar um currículo, que vai ao encontro das necessidades de todos os discentes (Nunes; Madureira, 2015).

4 Considerações finais

A pandemia de COVID-19 trouxe desafios sem precedentes para a educação, especialmente no que se refere à acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência no ensino remoto emergencial. A necessidade de adaptação rápida a essa nova realidade revelou tanto avanços quanto limitações das universidades brasileiras na implementação de estratégias inclusivas.

Este estudo focou na análise das universidades que publicaram informações sobre ações e atividades voltadas para a inclusão e acessibilidade no ensino remoto. A partir dessa abordagem, foi possível identificar práticas inovadoras e desafios enfrentados pelas instituições. No entanto, a ausência de informações por parte de algumas universidades pode indicar dois cenários distintos: a inexistência de políticas efetivas de inclusão ou a falta de divulgação das atividades desenvolvidas. Esse aspecto ressalta a importância da transparência institucional e da sistematização de dados sobre acessibilidade no ensino superior.

Algumas instituições se destacaram pela implementação de práticas inovadoras e acessíveis, enquanto outras demonstraram dificuldades na garantia de suporte adequado a todos os estudantes. Este contexto reforça a necessidade de fortalecer políticas de inclusão que contemplem as especificidades regionais, promovendo ações que levem em consideração as realidades locais e as particularidades das comunidades acadêmicas. Diante desse cenário, este estudo reforça a importância de consolidar práticas inclusivas que não se limitem a respostas emergenciais, mas que sejam incorporadas como parte da cultura institucional das universidades.

Agradecimentos

Nossos agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Referências

AYDOS, Valéria; COSTA, Dienuza. **Vida acadêmica em situação de isolamento social:** como não a tornar ainda mais excludente. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/acoefirmativas/wp-content/uploads/2020/07/Dicas-de-acessibilidade-Val%C3%A9ria-Aydos-Dienusa-Costa.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2025.

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index para Inclusão.** Centre for Studies on Inclusive Education, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Portal de ajudas técnicas para educação.** Brasília: MEC, 2002.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. Os desafios da universidade pública pós-pandemia da COVID-19: o caso brasileiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 30, n. 114, p. 73–93, jan. 2022.

DENZIN, Norman Kent. **O ato de pesquisa.** Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1989.

DIAS, Vivian Ferreira. **Sentidos sobre a deficiência.** 2022. Disponível em: <https://acessibilidade.paginas.ufsc.br/files/2022/08/sentidos-cae.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2024.

DUARTE, Teresa. A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). **CIES e-WORKING PAPER**, Lisboa, n. 60, p. 1-24, 2009.

FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, v. 17, n. 31, p. 59–73, 2013.

FREIRE, Alexandre Pimentel; PAIVA, Daniela Moura Barreto; FORTES, Renata Pontin de Mattos. Acessibilidade digital durante a pandemia da COVID-19: uma investigação sobre as instituições de ensino superior públicas brasileiras. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 28, p. 956–984, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE. **Site institucional**. 2025. Disponível em: <https://ufcspa.edu.br/estude-na-ufcspa/graduacao>. Acesso em: 17 abr. 2025.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Site institucional**. 2015. Disponível em: <https://unipampa.edu.br/portal/#>. Acesso em: 17 abr. 2025.

GOMES, Patricia Moraes; SOUZA, Queila Érica Taligliatti de; SANTIAGO, Mylene Cristina. Acessibilidade e inclusão em tempos pandêmicos: uma análise dos documentos das universidades federais da região Centro-Oeste. **Anais do 10º Congresso Brasileiro de Educação Especial**, São Carlos, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee-2023/trabalhos/acessibilidade-e-inclusao-em-tempos-pandemicos-uma-analise-dos-documentos-das-un?lang=pt-br>. Acesso em: 29 maio 2024.

LIMA, Manoela Maria Liomizia Pereira de. **A importância das tecnologias assistivas para a inclusão de alunos com deficiência visual**. 2012. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2433/1/2011_ManoelaMariaLiomiziaPereiradeLima.pdf. Acesso em: 29 maio 2024.

LOURENÇO, Giulia Garcia Meira Reis; VERASSANI, Ana Luiza; BATISTA, Rodolfo Luís Leite; SANTIAGO, Mylene Cristina. Ensino superior e pandemia: inclusão de pessoas com deficiência nas universidades federais da região Sudeste. **Anais do 10º Congresso Brasileiro de Educação Especial**, São Carlos, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee-2023/trabalhos/ensino-superior-e-pandemia-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia-nas-universidades?lang=pt-br>. Acesso em: 29 maio 2024.

NEPOMUCENO, Maristela Ferro; ASSIS, Raquel Martins de; CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de. Apropriação do termo “pessoas com deficiência”. **Revista Educação Especial**, v. 33, p. e15/1–27, 2020. DOI: 10.5902/1984686X43112. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/43112>. Acesso em: 29 maio 2024.

NUNES, Clarisse; MADUREIRA, Isabel Pizarro. Desenho universal para a aprendizagem: construindo práticas pedagógicas inclusivas. **Da Investigação às Práticas**, Lisboa, v. 5, n. 2, p. 126-143, 2015.

PEREIRA BOHRER, Marcia; MOREM COSSIO RODRIGUEZ, Rosa de Cassia. A experiência desafiadora do atendimento educacional especializado no ensino superior remoto. **RevistAleph**, n. 37, 13 dez. 2021.

SANCHES, Isabel. Do ‘aprender para fazer’ ao ‘aprender fazendo’: as práticas de educação inclusiva na escola. **Revista Lusófona de Educação**, v. 19, n. 19, 2011.

SANTIAGO, Mylene Cristina; PAULA, Bianka Moreira de; SILVEIRA, Daniele Fonseca da; SOUSA, Victor Cristian Pereira de. Estudantes com deficiência no ensino superior em tempos de pandemia: a região Norte em foco. **Anais do 10º Congresso Brasileiro de Educação Especial**, São Carlos, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee-2023/trabalhos/estudantes-com-deficiencia-no>

[ensino-superior-em-tempos-de-pandemia-a-regiao-nor?lang=pt-br](#). Acesso em: 29 maio 2024.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Site institucional**. [s. d.]. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/uffs/home/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Núcleo de Acessibilidade e Inclusão**. 2025. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nai/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Cartilha de assistência estudantil no contexto do ensino não presencial – UFSC**. [s. d.]. Disponível em: <https://noticias.paginas.ufsc.br/files/2020/09/Cartilha-Assist%C3%Aancia-Estudantil.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **COVID-19**: no foco da acessibilidade para surdos. 2021. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/2021/03/CartilhaCovid-19_UFSM.pdf. Acesso em: 17 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Tecnologia assistiva e o enfrentamento à COVID-19**: orientações de higienização de dispositivos para pessoas com deficiência. 2020. Disponível em: https://www.ufes.br/sites/default/files/anexo/cartilha_ta_x_covid-19_audiobook.pdf. Acesso em: 6 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Secretaria de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidades – SECAID**. 2025. Disponível em: <https://secaid.furg.br/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Cartilha de biossegurança da UTFPR**. 2023. Disponível em: <https://www.utfpr.edu.br/covid-19/cartilha>. Acesso em: 17 abr. 2025.

VASCONCELLOS, Aldeir Carlos Nasareth de; GONÇALVES, Laís Lopes de Souza; SANTIAGO, Mylene Cristina. Ensino remoto emergencial no ensino superior: inclusão e acessibilidade na região Nordeste. **Anais do 10º Congresso Brasileiro de Educação Especial**, São Carlos, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee-2023/trabalhos/ensino-remoto-emergencial-no-ensino-superior-inclusao-e-acessibilidade-na-regiao?lang=pt-br>. Acesso em: 17 abr. 2025.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2015.

ZERBATO, Andrea Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. **Educação Unisinos**, v. 22, n. 2, p. 147–155, 2018.

Informações complementares

Financiamento

Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), que disponibilizou os recursos financeiros para financiamento de bolsas de Iniciação Científica a estudantes de graduação.

Contribuição de autoria

Concepção e elaboração do manuscrito: Laís Lopes de Souza Gonçalves; Aldeir Carlos Nasareth de Vasconcellos; Mylene Cristina Santiago; Rodolfo Luís Leite Batista.

Coleta de dados: Laís Lopes de Souza Gonçalves; Aldeir Carlos Nasareth de Vasconcellos; Mylene Cristina Santiago; Rodolfo Luís Leite Batista.

Análise de dados: Laís Lopes de Souza Gonçalves; Aldeir Carlos Nasareth de Vasconcellos; Mylene Cristina Santiago; Rodolfo Luís Leite Batista.

Discussão dos resultados: Laís Lopes de Souza Gonçalves; Aldeir Carlos Nasareth de Vasconcellos; Mylene Cristina Santiago; Rodolfo Luís Leite Batista.

Revisão e aprovação: Laís Lopes de Souza Gonçalves; Aldeir Carlos Nasareth de Vasconcellos; Mylene Cristina Santiago; Rodolfo Luís Leite Batista.

Preprint, originalidade e ineditismo

O artigo é original, inédito e não foi depositado como *preprint*.

Verificação de similaridades

O artigo foi submetido ao iThenticate, em 26 de maio de 2025, e obteve um índice de similaridade compatível com a política antiplágio da revista Pesquisa e Debate em Educação.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa

A proposta foi submetida ao comitê de ética (CEP) e teve aprovação em 31 de maio de 2021, com parecer de número 4.747.016.

Conflito de interesse

Não há conflitos de interesse.

Conjunto de dados de pesquisa

Relatório de pesquisa em finalização. O acesso poderá ser solicitado aos autores.

Utilização de ferramentas de inteligência artificial (IA)

Este artigo não contou com auxílio de ferramentas de inteligência artificial (IA) para redação de nenhuma das seções.

Licença de uso

Os autores cedem à Revista Pesquisa e Debate em Educação os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](#). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Faculdade de Educação (FACED), Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP). Publicação no Portal de Periódicos da UFJF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editor

Frederico Braida.

Formato de avaliação por pares

Revisão duplamente cega (*Double blind peer review*).

Sobre os autores

Laís Gonçalves

Graduada em Letras (UFJF), Pós-graduanda em Ensino e Gramática (UFMG).

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5826885951492389>

Aldeir Carlos Nasareth de Vasconcellos

Graduado em Pedagogia (UFJF), Pós-graduando em Residência Docente – Pedagogia pelo Colégio de Aplicação João XXIII -UFJF.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2598-4355>

Mylene Cristina Santiago

Graduada em Pedagogia (UFJF). Especialista em Atendimento Educacional Especializado (UFC). Mestre(a) em Educação (UFJF). Doutor(a) em Educação (UFRJ). Professor(a) Adjunto do Departamento de Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0803555578064293>

Rodolfo Luís Leite Batista

Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Especialista em Didática e Trabalho Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor-adjunto da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5022230715344459>